



## AS RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO, A OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE DAS COTAS SÓCIO-RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR

*Fabson Calixto da Silva<sup>1</sup>*

### RESUMO

Temos assistido nos últimos anos na sociedade em geral e no campo da educação em particular a formulação de diferentes políticas afirmativas, e em especial a política de cotas para negros na universidade para inserção da população negra no ensino superior. No entanto, a presença cada vez maior de negros na universidade não ocorre de forma “pacífica”, esta inserção é marcada por controvérsias, discussões e tensões raciais entre brancos e negros. O objetivo deste trabalho é mostrar que para além das cotas raciais, cujos objetivos são a inclusão sócio-educacional, e a valorização da identidade sócio-cultural da população de cor, ainda perpetua-se a discriminação e o racismo, como também o que Erving Goffman chama de “estigma”, isto é, procuramos analisar as desigualdades raciais institucionalizadas. Assim, no plano subjetivo ou do imaginário dos sujeitos perpetua-se a imagem do indivíduo de cor como aquele portador de caracteres inferiores enquadrando-os nos patamares mais baixos da sociedade.

**Palavras-chave:** Cotas raciais. Educação. Discriminação

### THE RACE RELATIONS IN THE EDUCATION, THE OBJECTIVITY AND SUBJECTIVITY OF THE SOCIAL AND RACIAL QUOTAS IN HIGHER EDUCATION

#### Abstract

We have witnessed in recent years in society in general and in the education field in particular the formulation of different affirmative policies, and in particular the policy of quotas for blacks in college for insertion of the black population in higher education. Nevertheless, the increasing presence of blacks in the university does not happen in a "peaceful" way, this insert is marked by controversy, discussions and racial tensions between blacks and whites. The objective of this work is to show that beyond racial quotas, whose objectives are to include socio-educational, valorization of the socio-cultural identity of the colored population, still perpetuates discrimination and racism, as well as what Erving Goffman calls "stigma", that is, we tried to analyze the institutionalized racial inequalities. Thus, on the subjective plane or imaginary of the individuals perpetuates the image of the individual colored bearer as one character less framing them in the lower levels of society.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas e Mestrando em Educação pela mesma instituição (CEDU/PPGE). Integrante do grupo de pesquisa Educação e Relações Étnico-Raciais (ERER). fabson123@yahoo.com.br

**Keywords:** Racial quotas. Education. Discrimination.

## **LES RELATIONS RACIALES DANS L'ÉDUCATION, L'OBJECTIVITÉ ET LA SUBJECTIVITÉ DES QUOTAS SOCIO-RACIALES DANS L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR**

### **Résumé**

Nous avons assisté au cours des dernières années dans la société en général et dans l'éducation en particulier la formulation des différentes politiques d'action positive, et en particulier la politique de quotas pour les noirs dans l'université pour l'insertion de la population noire dans l'enseignement supérieur. Cependant, la présence croissante des noirs dans l'université ne se fait pas de forme «pacifique», cet insert est marqué pour controverses, des discussions et des tensions raciales entre noirs et blancs. L'objectif de ce travail est de montrer qu'au-delà des quotas raciaux, dont les objectifs sont de comprendre l'identité socio-éducatif, socio-culturelle et l'appréciation de la population de couleur, encore se perpétue la discrimination et le racisme, comme Goffman Erving appelle de "stigma», c'est, nous analysons les inégalités raciales institutionnalisées. Ainsi, en plan de subjectif ou imaginaires des sujets se perpétue l'image du personnel de couleur comme celui porteur de caractéristiques inférieurs les encadrant dans les niveaux inférieurs de la société.

**Mots-clés:** les quotas raciaux. Education. Discrimination.

## **LAS RELACIONES RACIALES EN LA EDUCACIÓN, LA OBJETIVIDAD Y SUBJECTIVIDAD DE LAS CUOTAS SOCIO- RACIALES EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR**

### **Resumen**

Hemos visto en los últimos años en la sociedad en general y en el campo de la educación en particular la formación de diferentes políticas afirmativas, y en especial la política de cuotas para negros en la universidad para insertarlos en la enseñanza superior. Sin embargo, la presencia cada vez mayor de negros en la universidad no ocurre de manera “pacífica”, ello lleva como rasgo contrariedades, discusiones y tensiones raciales entre blancos y negros. El objetivo del trabajo es mostrar que además de las cuotas raciales cuyos objetivos son la inclusión socio-educacional, y la valoración de la identidad sociocultural de la población de color, aunque sigue la discriminación y el racismo, como también lo que Erving Goffman llama de “estigma”, esto es, se busca analizar las desigualdades raciales institucionalizadas. Así, en el plano subjetivo o del imaginario de los sujetos perpetua el imagen del individuo de color como aquello portador de caracteres inferiores encajándolos en los segmentos más bajos de la sociedad.

**Palabras-clave:** Cuotas raciales. Educación. Discriminación.

## INTRODUÇÃO

As preocupações deste estudo giram em torno da política de reserva de vagas, racial e socioeconômica, destinada para estudantes oriundos do sistema público de ensino. Particularmente, o estudo desdobra-se sobre as tensões raciais geradas através da política de cotas influenciando nas relações sócio-raciais dos estudantes no interior da universidade.

Este trabalho resulta da primeira parte da pesquisa de mestrado em educação – a pesquisa bibliográfica – intitulada “Ação Afirmativa, Tensões e Relações Raciais na Educação: um estudo do ‘lugar’ dos alunos cotistas da Universidade Federal de Alagoas”. O objetivo deste artigo é tomar as cotas raciais que faz parte de um programa maior, a saber, as políticas de Ações Afirmativas, enquanto objeto de análise e problematizar as consequências desta política pública para seus beneficiados, a saber, as atribuições de conotações negativas, de inferiorização e de incapacidade frente aos demais estudantes não cotistas. Fez-se um estudo exploratório por meio de um levantamento bibliográfico para explicar o problema aqui posto, tendo por referência alguns principais pensadores que abordam a temática e as categorias teóricas usadas no corpo do trabalho.

## O NEGRO E A EDUCAÇÃO

Mesmo passado tanto tempo após a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, ainda restam marcas do fenômeno social que colocaram os negros em um estado de marginalização e em condições indignas e sub-humanas que desde então cria um imaginário social do lugar do branco e do lugar do negro na promoção e no acesso aos bens sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais.

As realidades raciais no Brasil foram desde o período da escravidão marcada por tensões e conflitos. As tensões estão presentes antes e depois da abolição da escravatura no território brasileiro, realidade marcada por discussões em torno da negritude dos indivíduos. Para Skidmore (1976, p. 55) “os escravos recém-libertados incorporaram-se à estrutura social, multirracial e paternalista, que de há muito ensinara aos homens livres de cor os hábitos de

deferência no trato com empregadores e outros superiores sociais”. Isto é, os indivíduos de cor foram também motivos de “preocupação” para a nação no pós-abolição.

A imobilidade educacional é um obstáculo tanto quanto a social, política e econômica dos que fazem parte do grupo de cor. Esses indivíduos são estagnados e estigmatizados a partir da categoria cor/raça. Assim, ser negro é carregar caracteres inferiores resultando em discriminações e racismo por conta da cor de sua pele. A raça torna-se um dos requisitos nas avaliações dos indivíduos para preencher os diferentes espaços da sociedade.

Para Abramovay e Castro (2006) a esfera educacional, a exemplo da instituição de ensino como escola, pode contribuir para a inferiorização dos negros, pois:

No plano das discriminações, instituições, como a escola, podem servir à sua reprodução e, com isso, reduzir possibilidades de mobilidade educacional e social de crianças e jovens negros. A escola não necessariamente está atenta à relevância do clima escolar e das relações sociais para o desempenho escolar, que pode ser afetado por sutis formas de racismo que muitas vezes não são assumidas ou conscientemente engendradas. (2006, p. 22)

No ensino superior por meio de políticas de ação afirmativa promove-se a inclusão social dos negros, a partir de um diferente tratamento entre os diversos grupos étnico-raciais da sociedade brasileira. Com a política de cotas busca-se não só a inclusão do negro na universidade, também como a ressignificação da identidade sócio-cultural. Nessa perspectiva, as políticas afirmativas dos diferentes tomam a universidade enquanto um espaço democrático de inclusão, acesso e permanência no processo de aprendizagem e no processo de profissionalização destes indivíduos. Com a política de reserva de vagas, o Estado assume o seu papel de promotor do bem-estar dos diferentes indivíduos que compõem a sociedade brasileira, tornando visível a diversidade étnico-racial e promovendo a justiça social, isto é, concretizando o princípio de que todos têm direito de ter os seus direitos garantidos.

A política de cotas é um meio para os indivíduos de cor almejar o acesso à universidade. Porém, o acesso por si só não garante a isenção da discriminação, valorização e ressignificação da identidade cultural dos negros. Pois, se sabe que a universidade – que não difere dos padrões normativos vigentes na sociedade em geral – é historicamente um espaço de formação de profissionais de caracteres brancos, masculinos e heterossexuais donde predominam-se os valores racistas, sexistas, heteronormativos.

É preciso considerar a importância e significado da entrada cada vez mais da população negra na universidade por meio da política de cotas, que vem impactar na estrutura educacional do ensino superior refletindo nos diferentes espaços da sociedade. Não diferentemente a universidade se configurou como um espaço também de reprodução e institucionalização dos conflitos raciais ou até mesmo de sua ampliação.

A política de cotas raciais é um elemento importante para a centralização da visibilidade negra no espaço acadêmico, donde a figura do negro é posta em questão como sujeito (in)capaz de dividir o mesmo espaço que os indivíduos de cor branca. Nesse sentido, a partir da implantação da política de cotas desde 2004 nas primeiras universidades, trava-se um debate sobre a competência/mérito/capacidade do sujeito negro ter acesso e permanecer no ensino superior.

Tal debate por vezes faz nos lembrar das discussões historicamente postas para a efetivação do projeto da nação. O uso da categoria raça fora há muito tempo utilizado como critério para efeito de classificação e avaliação dos indivíduos para compor as esferas da sociedade. É o que veremos adiante.

### **O RACISMO CIENTÍFICO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX**

O pensamento racial brasileiro consiste na apropriação e desenvolvimento de explicações teóricas que demonstram preocupações com a construção e o futuro da nação brasileira, isto é, a relação entre desenvolvimento nacional e raça. Uma das grandes inquietações da elite e da intelectualidade brasileira é de como as características raciais do país implicam no seu desenvolvimento e da sua inserção no movimento de modernização já em voga na Europa no decorrer do século XIX. Assim, só se faria a entrada do Brasil na modernização somente com a eliminação da escravidão presente desde a colonização portuguesa. As inquietações eram inicialmente com os negros escravos e depois do pós-abolição com os mestiços que viriam a constituir grande parte da parcela da população.

A Abolição ocorrida em 13 de maio de 1888 marca a história do Brasil. No entanto, vale ressaltar que este marco se dá em torno de tensões e razões em que o escravo, o negro e mais tarde o mestiço são o centro do debate por parte da elite e dos intelectuais principalmente no período entre o final do século XIX e no decorrer do século XX na adesão e constituição de

teorias deterministas e racistas para explicações do atraso nacional, e das descobertas para a saída dos problemas sociais e raciais do país, como a solução do branqueamento da população baseada por uma ideologia racista e determinista.<sup>2</sup>

Considerava-se o Brasil ainda um país atrasado que só poderia progredir com a eliminação da mão de obra escrava e com a criação de instituições elementares, a exemplo da escola. Pois, o Brasil em 1865 – mesmo com a proibição do tráfico negreiro em 1850 – era um Império regido por uma monarquia hereditária, baseado por uma economia escravocrata e agrária com plantações de cana-de-açúcar e de café no nordeste e no centro-sul respectivamente. Essas características há época tornavam o país uma anomalia política, econômica e social (SKIDMORE, 1976).

De acordo com os abolicionistas, a escravatura tornou e tornava o Brasil um país vergonhoso diante do mundo moderno em voga e se encontrava fora do percurso de progresso e civilizacional. Esse tipo de condenação moral vindo principalmente de opiniões estrangeiras da Europa e da América do Norte dispunha o país em um isolamento social e não lograva respeito frente a estas nações, pelo contrário, corrompia e condenava o país. A ideia de libertação dos escravos refletia a libertação do país.

Daí em diante foi propagado um vasto ideário científicista, advindo com as mudanças históricas e estruturais com a abolição e o surgimento da República, pautados em modelos evolucionistas e darwinistas sociais para atender aos questionamentos da construção de uma nação portadora de uma grande parcela de mestiços no pós-abolição e condenada ao atraso devido a sua composição racial inferior. Grandes nomes como Thomas Buckle, Louis Agassiz e Arthur de Gobineau difundiram doutrinas deterministas e racistas, advindas principalmente da Europa (SCHWARCZ, 1993). As razões científicas para tanto, ocorreram principalmente para explicar o sucesso econômico e político da Europa frente ao curso liberal adotado também pelo Brasil mais que diferentemente não obteve progresso econômico como previam os que acreditavam na abolição.

---

<sup>2</sup> Teorias advindas principalmente da Europa tido como território civilizacional, de cultura prestigiosa porque possuía uma superioridade racial onde o elemento branco se encontrava no topo da hierarquia social e racial.



Surge então a figura do mulato no sistema racial brasileiro. Tal sistema utiliza dos fenótipos dos indivíduos para determinar sua posição na hierarquia racial, isto é, o tipo de cabelo, a cor de pele e o formato do nariz determinava o lugar do sujeito nesta hierarquia. Contraditoriamente com a presença de um sistema multirracial baseado por ideias racistas, o mulato é usado como explicação de que no Brasil não há preconceito de cor, ele aparece como elemento imprescindível de uma ideia de democracia racial que parte da elite e dos intelectuais defendiam:

Pode-se dizer que o mulato foi a figura central da “democracia racial” brasileira, por ter escalado permissivamente – embora com limitações ao cume social mais elevado. Os limites sociais da sua mobilidade dependiam sem dúvida da aparência (quanto mais “negroide”, menos móvel) e do grau de “brancura” cultural (educação, maneiras, riqueza) que era capaz de atingir. A bem sucedida aplicação desse sistema multirracial exigiu dos brasileiros uma apurada sensibilidade a categorias raciais e às nuances da sua aplicação. (SKIDMORE, 1976, p. 56)

As ideias de inferioridade e de fracasso do negro que circulavam no Brasil desde o século XIX eram resultados das teorias racistas e deterministas que emergiram na Europa e nos Estados Unidos por volta de 1860. Estas teorias de cunho científico eram importadas e aceitas por parte da intelectualidade e da elite brasileira. Mas é importante ressaltar de acordo com Schwarcz (1993) em seu livro “O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil”, onde faz uma análise do ambiente histórico, dos atores sociais e das instituições que deram condições para a emergência das ideias sobre raça no Brasil e na Europa do século XIX, que as ideias racistas e deterministas que circulavam no país não eram apenas reprodução das teorias europeias ou americanas, mas a intelectualidade brasileira caracterizava-se pela especificidade, adaptação e seleção de conceitos correspondentes a realidade social do país.

As teorias chamadas por vezes de teoria das diferenças inatas, pois tinha por base a ideia da inferioridade inata dos negros, tiveram grande repercussão científica deflagrando um debate entre os intelectuais para melhor explicar as razões da superioridade do elemento branco diante da inferioridade do elemento negro. Surgiram neste período, três escolas racistas importantes: a escola etnológica biológica que prezava a concepção de que a inferioridade da raça negra e/ ou indígena estava nas diferenças físicas, nas diferenças fisiológicas; a escola histórica defendia fortemente a tese [...] “de que o ariano (ou anglo-saxão) tinha atingido o mais alto grau de

Revista da ABPN • v. 5, n. 10 • mar.–jun. 2013 • p. 181-195

civilização e estava, em consequência, destinado, deterministicamente, pela natureza e História, a ganhar o crescente controle do mundo [...] (SKIDMORE, 1976, p. 68)”. E por último, a escola Darwinista social acreditava no processo evolutivo das raças para formas superiores, resultante da sobrevivência das mais aptas, isto é, as raças predominantes eram aquelas superiores, as demais, as raças inferiores, estavam predeterminadas ao desaparecimento.

Todavia, este conjunto de pensamento racista formado por essas três escolas estrangeiras, sofreram mudanças quando recepcionadas por intelectuais brasileiros para a explicação do problema da raça neste país. De diferentes maneiras, mas baseados pelos pressupostos das teorias racistas europeias e americanas, pensadores brasileiros aplicavam e formulavam teorias da inferioridade do negro frente à situação nacional.

Usava-se dos instrumentos da antropologia física para a pesquisa e difusão das teorias brasileiras sobre a inferioridade do negro e do índio. Mas nesse instante a centralidade das teorias deparava-se com o mestiço, pois o país já era multirracial. A grande questão colocada era como construir uma nação onde parte da população mestiça inviabilizava tal projeto. Os mestiços eram percebidos por alguns pensadores como degenerados, eram desqualificados e da mesma forma como o elemento negro na escravidão era posicionado nos níveis mais inferiores da hierarquia das raças humanas. No pós-abolição estes caracteres foram transpassados para a figura do mestiço. A difusão de ideias de desigualdades raciais partia do princípio dominante do biológico sobre o cultural/intelectual e o moral.

Contrariando esse pensamento, Roquette-Pinto ao lado de outros pensadores envolvidos com a produção da Antropologia no Museu Nacional do Brasil, tendo por base as ideias nacionalistas do século XX, mesmo imbuído de fundamentos biológicos para marcar as diferenças entre as raças, ele e outros antropólogos buscavam soluções para o problema brasileiro da construção da nação e de soluções para espulgar o país do rumo determinista, do fracasso civilizacional.

João Baptista de Lacerda esteve preocupado em produzir investigações antropológicas das raças indígenas do Brasil. Tinha por objetivo construir uma história do homem fóssil do país, fazendo descrições da morfologia destes sujeitos, como também fazia medições dos ossos e da arcada dentária. O tratamento científico que dava aos índios era baseado na tradição antropológica do final do século XIX, onde se pensava poder atribuir os caracteres intelectuais e

morais dos sujeitos por meio das investigações das características físicas. Lacerda chega à conclusão pessimista do índio, este não poderia participar da nacionalidade, pois suas condições biológicas eram inferiores as demais raças, seu crânio possuía proporções escassa e suas características dentárias apresentavam animalidade. Assim, proferia o resultado de inferioridade das raças indígenas do ponto de vista moral e intelectual.

Mas a solução para a construção civilizacional do Brasil estava por vir. A tese do branqueamento afirmava ser o país propício a se tornar branco, pois era um país racialmente viável. Para Lacerda bastava apenas resolver alguns problemas, como dar um destino para as raças inferiores – o índio e o negro – e seus vícios, acreditava que estas raças estavam destinadas ao desaparecimento pelo processo denominado de redução étnica, consequência da sua inferioridade na hierarquia racial. Há respeito dos mestiços, Lacerda proferiu análise otimista, pois percebia que estes não formavam uma raça constituída no país e através da seleção sexual com o cruzamento com sujeitos de pele branca, tenderia a colocar o Brasil no rumo do branqueamento ao lado da imigração para a difusão do sangue europeu e ariano. Assim, se resolveria o problema da mestiçagem neste território.

Roquette-Pinto acreditava que os problemas do Brasil não estavam nos cruzamentos inter-raciais ou no atavismo biológico, pelo contrário era problema de meio, da herança cultural e social, isto é, acreditava que as diferenças eram menos da constituição racial do que de fatores de cultura e civilização. Segundo ele, os fatores biológicos dos índios não constituíam problema para que venham participar e se incorporar no projeto civilizacional, mas [...] “não obstante, o que dominou de uma cultura ‘inferior, primitiva, atrasada’, esta sim, era uma barreira para uma participação efetiva na nacionalidade” (SANTOS, 2002, p. 119). Aos mestiços afirmava ser o problema de organização nacional e o problema não estava na raça em si. Os mestiços não apresentam estigmas de degeneração antropológica, no entanto precisam ser educados e dar as condições necessárias – educação e saúde – para poderem participarem do projeto de nação e mostrarem suas potencialidades.

Portanto, a viabilidade da construção da nação encontrava na fórmula científica, a tese do branqueamento, a solução brasileira para o problema do atraso do país. Nesse sentido, os mestiços não são mais percebidos como degenerados, mas como uma população sadia e com a capacidade de tonar-se mais física e culturalmente viável por meio dos cruzamentos sexuais com

indivíduos com pele branca e do projeto migratório. A base que sustentava a ideologia do branqueamento partia da superioridade da raça branca, por vezes considerada mais adiantada na hierarquia sócio-racial. O branqueamento parecia ser inevitável, pois a população negra diminuía progressivamente por conta da baixa natalidade devido às doenças e da desorganização social, também porque a miscigenação é um processo que naturalmente produz sujeitos mais brancos devido o gene branco ser mais predominante e assim, os indivíduos deveriam procurar sujeitos mais claros para manter relações sexuais e por fim, com o projeto imigratório para o Brasil aumentaria as chances da predominância da população embranquecer.

### **SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS**

O debate em torno das ações afirmativas convém em delimitar quem é o sujeito de direito no Brasil numa estrutura da qual está assentada em uma hierarquização de privilégios. As oportunidades entre negros e brancos nunca foram de forma igualitárias, mas ao contrário, marcadas por tensões e conflitos em torno da questão racial. Dessa maneira sempre houve uma desproporção no acesso aos bens sociais, culturais, econômicos e políticos e não diferentemente aos bens educacionais.

As ações afirmativas são a resposta de uma pergunta que se encontra há séculos no bojo de uma sociedade multicultural: Como reverter o quadro de desigualdades raciais e injustiças? Assim, estas se constituem em um conjunto de medidas de ação positiva com o objetivo de possibilitar o acesso de grupos de indivíduos menosprezados nos contextos sociais, econômicos e políticos. Torna-se um mecanismo de representatividade dos grupos minoritários. Fruto das lutas e conquistas do Movimento Negro ao longo do tempo.

O conceito de minoria empregado aqui refere-se a qualquer grupo humano que numa situação de diferenciação e/ ou desvantagem econômica, cultural, social, política ou jurídica não tenham os seus direitos objetivados por qualquer motivo que venha a colocar alguma ou algumas características diferentes do grupo que porventura seja dominante na sociedade. Nesse sentido podemos classificar como minorias, mulheres, negros, gays, idosos, pessoas com necessidades especiais dentre outras.

Os frutos das ações afirmativas podem ser o mais variável possível, como a transformação societal no que tange as questões culturais, econômicas, pedagógicas e

psicológicas; Na eliminação do imaginário coletivo da ideia de grupo racial ou de gênero superior em contrapartida a inferioridade de grupos minoritários; Reverter os efeitos que ainda persistem de discriminação do passado instruindo os comportamentos dos indivíduos que marca a estrutura de uma sociedade democrática; Na valorização das identidades sociais dos grupos marginalizados e, na eliminação da invisibilidade que os perseguem.

Um das formas de concretização das ações afirmativas são as cotas raciais, sendo um instrumento para garantir maior representação dos indivíduos de cor. Com a reserva de vagas na universidade pública para negros através da política de cotas, coloca-se em xeque o legado e as contribuições que a população negra fomentou para a formação e o desenvolvimento do território brasileiro desde o período colonial. Dessa maneira, existe uma retribuição ou poderíamos pensar em um pagamento de uma dívida aos negros? Certamente é uma tentativa de corrigir historicamente a situação de exclusão – não apenas educacional.

As oportunidades entre negros e brancos não se deram de forma igualitária, e isto se refletiu também na realidade educacional. O espaço acadêmico e, atualmente, onde esta realidade se expressa com maior intensidade. Partindo dessa ideia, muitas Universidades – algumas vezes pressionadas por movimentos organizados, como e o caso da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – implantaram o sistema de cotas. (REIS, 2007, p. 49-50).

As políticas de ações afirmativas no geral e a política de cotas em particular são entendidas como política de reparação. As ações afirmativas são um instrumento para a promoção ou a amenização das desigualdades não apenas raciais na sociedade em *locus*. Reis (2007) apresenta as ações afirmativas como

As ações afirmativas constituem-se como medidas especiais e temporárias que buscam compensar um passado discriminatório, ao passo que objetivam acelerar o processo de igualdade com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis como as minorias étnicas e raciais. Assim sendo, pode se afirmar com segurança que as ações afirmativas constituem-se como medidas concretas que viabilizam o direito a igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e a diversidade (p. 51)

## AS COTAS RACIAIS E O PROBLEMA DO ESTIGMA

Nessa perspectiva a reserva de vagas para negros na universidade é uma tentativa de desconstruir e (des)significar uma possível homogeneização étnico-racial que o imaginário social

construiu a partir de uma miscigenação que fora responsável pela formação do povo brasileiro, disso resulta a construção fantasiosa do mito da democracia racial. A política de cotas, sobretudo tem por finalidade tornar visível a diversidade étnico-racial da heterogeneidade da população brasileira. E mais,

[...] as políticas de ações afirmativas buscam assegurar e restabelecer nos grupos socialmente marginalizado a auto estima, desenvolvendo-lhes as condições e as possibilidade de enfrentamento dos estigmas e estereótipos socialmente impostos, resgatando a identidade e reafirmando a igualdade tal como previsto na carta magna do país (SANTOS, 2007, p. 91).

No entanto vale ressaltar que a política de cotas tendo por finalidade inserir o negro dentro da universidade e valorizar a sua identidade racial dispondo-se de mecanismos em que se percebiam os indivíduos vulneráveis de maneira equitativa e não inferiorizada, possibilitou uma esfera de visibilidade do negro cotista ao concentrar toda a sua atenção em sua cor de pele, usado normalmente como ponto de partida de avaliação de sua capacidade intelectual e como não poderia ser diferente como atributo de reprodução das relações sociais vigentes entre brancos e negros.

Os cotistas em suas relações sociais cotidianas no espaço acadêmico são percebidos por meio do seu estigma – a cor da pele. O estigma pode ser usado normalmente como um atributo profundamente depreciativo para usar uma terminologia de Erving Goffman (2008). Percorrendo o conceito de estigma podemos encontrar desde os gregos esse termo:

Os gregos que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo *estigma* para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. (GOFFMAN, 2008, p. 11)

A cor da pele não é o único atributo a ser percebido de forma depreciativa dentro da universidade, basta ser estudante cotista para ser propagada toda uma tensão de conflitos e confusões acerca da legitimidade deste vir a preencher uma vaga na instituição a qual pertence. Dessa forma, o estudante cotista é visto como um estudante diferenciado, estranho ao comparar-se com o estudante que não ingressou na universidade via cotas raciais. Tais comparações são frutos dos estereótipos socialmente formados, impostos e aceitos dentro da sociedade em geral e

na universidade em particular usados como parâmetros de avaliação e justificação dos pertencentes a ambientes sociais adequadamente caracterizados.

O estudante cotista diferenciado dos demais é vítima de comparações a partir da normalidade ou da normatividade da qual a sociedade cobra dos seus indivíduos. Na universidade não poderia ser diferente ao normatizar padrões vigentes dos quais são legitimados por meio das relações sociais. Goffman (2008) nos esclarece a respeito:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontradas (2008, p. 11-12).

Nos ambientes sociais, aqui considerando a universidade, o cotidiano permite a rotina de relações sociais estabelecidas com diversos indivíduos. Para que as relações sociais possam ocorrer, um fator importante é apresentar-se por meio de sua identidade social marcando a sua peculiaridade a um grupo étnico, cultural e religioso num universo onde os indivíduos são constituídos e pertencem a múltiplos ambientes sócios- culturais.

A sua marca, a sua identidade social torna-se o cartão de visita para apresentar-se a outros, quer tenham traços identitários comuns ou não. Pois, os indivíduos tendem a exigir aspectos e atributos de outrem que considera legítimo a categoria pertencente ou a aquela a qual deveria pertencer.

Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estraga ou diminuída (GOFFMAN, 2008. p. 12).

Nessa perspectiva há um problema evidente dos estigmatizados ao que concerne a sua identidade social ao se confrontar com a realidade normatizada e padronizada. A sociedade estabelece o que é normal e comum. Tudo que foge desse enquadramento é categorizado como estranho e diferente. E não basta padronizar entre o normal e o estranho, mas inserir imaginários coletivos diante da normatividade donde o que é normal é aceitável, tolerável, usa-se o termo de positivo, ao contrário do que é estranho é inaceitável, é intolerável e enquadrado de forma inferiorizada, usa-se o termo negativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante disso há um problema evidente dentro do espaço acadêmico a partir das relações sociais confrontadas por meio das questões étnico-raciais. O silenciamento desta questão não contribui para o processo reflexivo e pela busca dos direitos dos indivíduos que se sentem incomodados e vitimizados por essa situação. Afinal de contas, o cotista não passa de estudante como qualquer outro, porém ingressou na universidade por uma política pública legítima, possui uma cor de pele mais escura e é oriundo do sistema público de ensino. Esses três fatores tornam-se uma fonte de escape para conter toda indignação, revolta, constrangimentos e discursos de antipatias aos estudantes cotistas chegando ao ponto de evitá-los nas relações sociais. Vale ressaltar que isso ocorre muitas das vezes não de forma declarada, mas como prática sutil e silenciada.

Os programas de cotas raciais tornam-se um mecanismo de promulgação da igualdade, porém a universidade enquanto instituição educacional reproduz a desigualdade em nome da igualdade expressa nas políticas de ações afirmativas. As cotas raciais pode se tornar um problema em nome da solução para os indivíduos de cor que enfrentam esta marca no dia a dia no espaço acadêmico.

Portanto, a partir do que foi exposto tentou-se associar a ideia de raça vinculada com a política de cotas. Ideia essa que se encontra de forma sutil no imaginário social, mas por vezes, usualmente utilizada mesmo que de forma inconsciente para avaliar a presença do negro na universidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas escolas, 2006.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

\_\_\_\_\_. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. 16º ed. – Petrópolis: Vozes, 2009.

HOUFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Lúcia de Santana. *Acesso e permanência da população negra no ensino superior*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2007.

SANTOS, Ricardo Ventura. *Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma Nação: Debates em antropologia física no Brasil (1870-1930)*. In: PENA, Sérgio D. J. (org.). *Homo brasilis: aspectos genéticos, linguísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. Ribeirão Preto, FUNPEC-SP, 2002.

REIS, Dyane Brito. *Acesso e Permanência de Negros (as) no Ensino Superior: o caso da UFBA*. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Lúcia de Santana. *Acesso e permanência da população negra no ensino superior*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2007.

SANTOS, José Raimundo J. *As Estratégias de estar e permanecer da juventude negra na universidade: representações e percepções dos (as) estudantes da UFAL*. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Lúcia de Santana. *Acesso e permanência da população negra no ensino superior*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

*Recebido em março de 2013*

*Aprovado em maio de 2013*